

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério do Comércio e Turismo, a Portaria n.º 192-Q/78, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 81, 2.º suplemento, de 7 de Abril, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 2.º, onde se lê:

A — 130 9\$30

deve ler-se:

A — 130 9\$00

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 20 de Abril de 1978. — Pelo Secretário-Geral, *Joaquim Brandão*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 259/78

de 6 de Maio

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, seja aumentado com um lugar de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe o quadro do pessoal auxiliar da Secretaria Notarial de Cascais.

Ministério da Justiça, 10 de Abril de 1978. — O Ministro da Justiça, *José Dias dos Santos Pais*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se torna público que, em 17 de Janeiro de 1978, o Governo da Irlanda depositou junto do secretário-geral das Nações Unidas o instrumento de objecção às reservas formuladas pelo Governo da República Popular da China, ao aderir à Convenção sobre Relações Diplomáticas em Viena em 18 de Abril de 1961, relativas à precedência do representante da Santa Sé (artigo 16) e à aceitação das categorias de núncios e internúncios (artigo 14), bem como aos privilégios do pessoal administrativo das missões diplomáticas (n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 37).

Secretaria-Geral do Ministério, 14 de Abril de 1978. — O Chefe dos Serviços Jurídicos e de Tratados, *Mário Soares d'Oliveira Neves*.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos

Aviso

Por ordem superior se torna público que o Governo Português depositou simultaneamente, em 15 de Maio de 1975, junto dos Governos depositários em Washington, Londres e Moscovo, o instrumento de ratificação por Portugal da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, de Produção e de Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a Sua Destruição, aberta para assinatura naquelas cidades a 10 de Abril de 1972.

Mais se torna público que até à presente data os seguintes Estados depositaram os respectivos instrumentos de ratificação ou de adesão àquela Convenção, entrada em vigor em 20 de Março de 1974, data em que foi depositado o 22.º instrumento de ratificação, nos termos do seu artigo XIV, alínea 3:

Nome do país	Data do depósito do instrumento de ratificação ou adesão
Arábia Saudita	24 de Maio de 1972.
Koweit	18 de Junho de 1972.
Niger	23 de Junho de 1972.
Bulgária	13 de Setembro de 1972.
Canadá	18 de Setembro de 1972.
Mongólia	14 de Setembro de 1972.
Irlanda	27 de Outubro de 1972.
Nova Zelândia	18 de Dezembro de 1972.
Hungria	27 de Dezembro de 1972.
Maurícias	11 de Janeiro de 1973.
Taiwan	6 de Abril de 1973.
Nigéria	9 de Julho de 1973.
Noruega	1 de Agosto de 1973.
Austria	10 de Agosto de 1973.
Irão	22 de Agosto de 1973.
Fidji	1 de Outubro de 1973.
Paquistão	3 de Outubro de 1973.
Jugoslávia	25 de Outubro de 1973.
Chipre	13 de Novembro de 1973.
Costa Rica	17 de Dezembro de 1973.
Finlândia	4 de Fevereiro de 1974.
Panamá	20 de Março de 1974.
México	8 de Abril de 1974.
Índia	5 de Julho de 1974.
Ruanda	20 de Maio de 1975.
Etiópia	26 de Maio de 1975.
Itália	30 de Maio de 1975.
Gana	6 de Junho de 1975.
Jordânia	27 de Junho de 1975.
Jamaica (adesão)	13 de Agosto de 1975.
Zaire	16 de Setembro de 1975.
Bolívia	30 de Outubro de 1975.
África do Sul	3 de Novembro de 1975.
Singapura	2 de Dezembro de 1975.
Grécia	10 de Dezembro de 1975.
Quénia (adesão)	7 de Janeiro de 1976.
Suécia	5 de Fevereiro de 1976.
Luxemburgo	23 de Março de 1976.
Suíça	4 de Maio de 1976.
Togo	10 de Novembro de 1976.
Austrália	5 de Outubro de 1977.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos, 6 de Abril de 1978. — O Adjunto do Director-Geral, *António Leal da Costa Lobo*.